



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

TERMO DE REFERÊNCIA

TR 013/2024 - Processo nº SEI-260005/011013/2024

I - DO OBJETO:

Pregão eletrônico para aquisição de Material e Equipamentos para implantar 02 (dois) Laboratórios na área de Programador de Sistemas e Programador de Jogos Digitais objetivando atender a EMENDA PARLAMENTAR Nº 447 cujo objeto é "Qualificar população do estado em cursos de programação de computadores lei 9897/ acontecerá nas seguintes Unidades Escolares da rede FAETEC:

Unidade Escolar/Setor Administrativo

ETE REPÚBLICA

A finalidade precípua desta contratação Fomentar em escolas da FAETEC uma educação com competência, disciplina e ética, apto a atuar em um mercado de trabalho globalizado, que seja detentor de um pensamento complexo e capacitado a se adaptar às frequentes transformações sociais e tecnológicas. para serem utilizados nas atuais mídias digitais, promovendo o empreendedorismo e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais que atendam às demandas do setor produtivo e da sociedade. Também se constitui como um dos objetivos do curso o de capacitar os estudantes para aplicação de procedimentos técnicos de qualidade para que possam planejar, implementar, desenvolver e realizar manutenção em software..

II- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

SOLUÇÃO ESCOLHIDA: aquisição de material e equipamentos da área de Informática para uso na unidade selecionada através de pregão eletrônico, na forma de licitação, de acordo com art. 6º, XLI da Lei Federal 14133/2021.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA: Familiarizar os alunos com o recurso tecnológico, contribuindo para que eles estreitem suas relações com a tecnologia, inserindo-se melhor ao contexto da modernidade A pesquisa dos preços deverá ser pautada nos princípios da eficiência e economicidade, entre outros.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: aquisição de material de consumo, através de pregão eletrônico, na forma de licitação, de acordo com art. 6º, XLI da Lei Federal 14133/2021,

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos

Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

III - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

O objeto do presente Termo de Referência encontra-se dentro da classificação de bens comuns, em razão de suas características, quantidades e qualidades serem passíveis de especificações usuais no mercado, em todo o País. Desta forma, a escolha da modalidade de Pregão Eletrônico, cujo tipo e critério de julgamento das propostas será o do MENOR PREÇO POR ITEM, conforme especificações descritas no ETP e neste TR, conforme art. 6º, XLI da Lei Federal 14133/2021

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Além de toda a complexidade para administrar a movimentação de pedidos e entregas, a separação dos grupos de regiões como estão dispostas no presente processo implicaria em trabalharmos com dois fornecedores em cada escola, tornando-se quase que inviável administrar e controlar com excelência todo o processo.

Neste sentido, veja-se o disposto na Lei complementar nº 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: II não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública

IV - DA JUSTIFICATIVA E RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se com o apoio ao presente projeto e a aquisição de equipamento e de material de consumo para implementação dos laboratórios de Programação e Programação em Jogos Digitais, além de melhorar as possibilidades pedagógicas das aulas dos cursos Técnicos e de Qualificação profissional, contribuindo, assim, para melhoria no processo de ensino aprendizagem e a construção de conhecimento nos cursos oferecidos na escola.

Este projeto visa formar um profissional que possa: Trabalhar em Equipe; demonstrar Criatividade; apresentar dinamismo; saber contornar situações adversas; Demonstrar objetividade e flexibilidade para mudanças; atualizar-se e buscar a construção contínua do saber; ter visão global do processo de produção. Ter a compreensão e ser capaz de aplicar os fundamentos do desenho; ter domínio da pintura digital; desenvolver desenhos isométricos; Desenvolver assets para jogos; Desenvolver cenários e objetos de cenário; Desenvolver personagens, tanto com aplicação das regras anatômicas, quanto estilizados; Desenvolver um portfólio com foco de atuação bem definido; requer um professor que mesmo colocando seu aluno como o protagonista do processo de aprendizagem, atue como mediador do processo. Para tanto, o docente será um facilitador ao ensinar o aluno habilidades de como estudar, como aprender melhor, como buscar informação, como pesquisar e como desenvolver pensamento crítico, visando sua atuação e inserção no mercado de trabalho.

Ao final do projeto espera-se também apresentar os produtos desenvolvidos nas aulas dos laboratórios em feiras de ciências, mostras tecnológicas e fóruns de ciência e tecnologia promovidos pelas Unidades Escolares, incentivando assim o desenvolvimento de novos projetos e práticas pedagógicas nas escolas da rede FAETEC.

V - PÚBLICO ALVO:

O público-alvo são os alunos do Curso Técnico e/ou de Qualificação Profissional matriculados nos cursos da área de Informática da unidade da Faetec selecionada. As atividades que serão desenvolvidas, através de oficinas ou cursos ofertados presencialmente, preferencialmente interdisciplinares

VI - OBJETIVO GERAL:

Habilitar os estudantes da unidade selecionada da rede Faetec a realizarem a função de Programador de Sistemas e ou Programador de Jogos Digitais

VII – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Os itens de consumo a serem adquiridos são de natureza **COMUM** em atendimento ao disposto no Art.20 da Lei 14.133/2021.

O material a ser adquirido será para uso exclusivo nas Unidades Escolares seleccionadas pela gestão pedagógica da FAETEC, para execução das atividades pedagógicas com os discentes e alunos no que se refere ao desenvolvimento de novos projetos, na forma e quantidades relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA sem braço, forração em material sintético preto Dimensões do item P x L x A : 60P x 60L x 75A centímetros	Unidade	22
2	MESA PARA PROFESSOR ESPECIFICAÇÕES: LARGURA TOTAL 1,00 METRO, PROFUNDIDADE TOTAL 0,70CM, ALTURA TOTAL 76CM. MEDIDA DO TAMPO SUPERIOR 1,0 X 0,50CM. MEDIDA DO TAMPO INFERIOR 0,90 X 25CM. CONFECÇÃO DO TAMPO: EM MDF 18MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO. BORDA DOS TAMPOS: EM PVC TIPO T COLORIDO. CONFECÇÃO DA ESTRUTURA: EM TUBO QUADRADO 25 X 25 X 1,20MM DE AÇO CARBONO – Cor cinza.	Unidade	02
3	MESA PARA COMPUTADOR - Mesa de Escritório Secretária Pé Metálico sem Gaveta com 1 passa fio - SM 15MM - 74AX115LX60P – Cor Cinza	Unidade	20
4	ARMÁRIO DE AÇO com 8 vãos pequenos 196CM X 63CM X 36CM c/ CHAVES	Unidade	04

5	QUADRO BRANCO - UV Moldura Alumínio Standard 200x120 - TAMPO de chapa de fibra de madeira 3 mm de reflorestamento com acabamento em pintura UV branco brilhante. MOLDURA em alumínio (1,6 cm de espessura e 1,5 cm de frente). ACOMPANHA porta caneta fixo em polietileno. CANTONEIRA em polietileno.	Unidade	02
6	CONDICIONADOR DE AR - • Ar-Condicionado Split Piso Teto Inverter Plus R-32 Elgin 36.000 BTUs Só Frio 220V Monofásico Características especiais Controlado Remotamente, Compressor inverter Dimensões do produto 23,5P x 128L x 69A centímetros	Unidade	02
7	TV 98 POLEGADAS SMART TV LED 4K UHD SISTEMA OPERACIONAL (TIZEN) ASSISTENTE VIRTUAL (ALEXA, BIXBY) COMANDO DE VOZ CONECTIVIDADE (WI-FI, BLUETOOTH) CONTROLE REMOTO (SOLARCELL)	Unidade	02

[*Quando apropriado, os itens deverão observar os critérios de ambiental, na forma do art. 7º do Decreto Estadual nº 43.629/2012, a saber: embalagens em material reciclado, atóxico, biodegradável; certificado INMETRO de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental e acondicionamento individual.](#)

VIII - DAS AMOSTRAS:

Poderá ser exigida do vencedor a apresentação de **AMOSTRAS** de cada um dos itens a serem adquiridos, ou aquele que a FAETEC achar necessário, que deverá ser encaminhada ao Pregoeiro à **Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro – RJ, o qual será enviado ao setor requisitante para análise do produto e parecer.**

IX – DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA :

O **prazo máximo** para a entrega dos materiais será de até **30 dias corridos após a data da publicação do extrato do instrumento contratual no DOERJ**, nas Unidades Escolares, nos endereços abaixo relacionados, conforme planilha de entrega abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
ETE REPÚBLICA	Rua Clarimundo de Melo 847 – Quintino - Rio de Janeiro – RJ - CEP 2131280

O **prazo máximo** para a entrega dos materiais será de até **30 dias corridos a data da publicação do extrato do instrumento contratual no DOERJ**

X – ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL :

Executado o contrato, o seu objeto será recebido por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros, indicados pela contratante - FAETEC, na forma prevista no art. 9 e 20 do Decreto Estadual 48.817/2023 de acordo com o art. 140 da Lei n.º 14.133/2021.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ou termo de referência, podendo ser estipulado pelo fiscal do contrato um prazo para o atendimento dos mesmos, às custas do contratado.

A vigência do contrato terá validade de 12 meses.

XI – DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a retirada da Nota de Empenho, conforme entrega parcelada, e o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do cumprimento da entrega do objeto, com nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

XII - DA GARANTIA :

A aquisição Objeto a ser licitado consiste de Entrega Imediata, onde o pagamento de nota fiscal apenas será realizado após a entrega total por parte da empresa vencedora do certame, e, já que a garantia contratual suscita em contratação, se faz desnecessária a exigência da garantia, que poderia inviabilizar a aquisição, posto que o licitante, mesmo possuindo condições para realizar os atos do Edital, pode não dispor de bens ou recursos suficientes para efetuar a garantia, dessa forma, impossibilitando alcançar o propósito de ampliar o rol de participantes no certame, o que faz com que a disputa logre de um valor final mais vantajoso para administração. Outrossim, caso o fornecedor não cumpra com a entrega total do objeto dentro do prazo estipulado no item 6 deste Termo de Referência, sofrerá as sanções administrativas estabelecidas por lei.

XIII– REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

1 - DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO :

Será vedada a participação de empresas em consórcio

2 – DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Será vedada a participação de empresas em cooperativas

3 – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Justifica-se na medida em que a ausência de tais habilitações não trará prejuízo à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação das mesmas é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nesses casos, a administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

Cabe salientar que a decisão em vedar a participação de empresas em consórcio/ cooperativas e a subcontratação no presente certame visa, exatamente, afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartéis para manipular os preços nas licitações.

Ressalta-se, ainda, que a vedação de constituição de empresas em consórcio/cooperativas e a subcontratação, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

XIV – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

Repor imediatamente após comunicado da CONTRATANTE, materiais de insumo administrativo devolvidos por falta de qualidade cuja comunicação documental será encaminhada a CONTRATADA, considerando-se: impropriedade para consumo acarretando pontos de deterioração, ou ainda, por acondicionamento inadequado.

Acondicionar os itens em suas embalagens próprias, contendo especificação do item do produto como: gramatura (peso), quantidade, data de fabricação e/ou validade visíveis e carimbo do órgão de inspeção, e indicação de condições para armazenamento quando for o caso.

Fornecer os materiais com data de fabricação o mais próximo possível da data de entrega, garantindo assim que a FAETEC disponha de um prazo de utilização extenso;

Identificar em toda a Nota Fiscal emitida a especificação do produto, com número de item correspondente, **conforme consta da requisição**, o nome do setor.

É facultado à FAETEC o não pagamento de Notas Fiscais, mesmo aquelas atestadas pelo setor requisitante, cuja requisição (numerada) não seja originária do setor.

Fornecer, no caso de falta de algum produto, outro com características semelhantes, mediante autorização do sector requisitante, mantendo o preço inicial do produto e a qualidade ofertada anteriormente.

XV – DA ESTIMATIVA DE VALOR:

Os valores serão objeto de pesquisa de mercado obedecendo à legislação vigente.

Para melhor gestão da futura contratação junto às Empresas fornecedoras, os resultados finais a serem definidos após a conclusão do certame licitatório, deverão apresentar no valor de cada item o percentual de desconto específico em relação ao valor apresentado na Tabela de Estimativa de Preços adotada por esta FAETEC, de forma que o montante dos descontos constitua o índice total de desconto final, representando o menor preço global.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

Entregar os materiais, nas quantidades especificadas, na qualidade, no local indicado e no prazo fixado neste Termo de Referência.

Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para FAETEC, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

Remover, trocar ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, os materiais, objeto do contrato, em que se verificarem violação, defeito ou incorreções resultantes de execução do fornecimento de materiais fora da data de vencimento, inadequados ou desconformes com as especificações;

Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à FAETEC ou terceiros.

Todos os materiais que se fizerem necessários, deverão seguir todas as **normas regulamentadoras de padrão, qualidade e segurança, imprescindíveis ao produto adquirido**. Constatando qualquer irregularidade o produto poderá ser devolvido para entrega de um novo regulamentado.

Todos os itens deverão conter, caso seja necessário, **garantia dada pelo fabricante**, conforme estabelecida pelo código de defesa do consumidor.

A contratada deverá, obrigatoriamente, garantir condições adequadas para armazenamento e estocagem do material a ser entregue conforme legislação vigente.

As unidades elencadas no **ITEM IX** como unidades de estoque, serão responsáveis pelo armazenamento dos materiais entregues pela contratada.

XVII – DAS OBRIGAÇÕES DA FAETEC:

Efetuar o pagamento à empresa vencedora de acordo com as condições de preços e prazos deste Termo de Referência.

Designar um servidor responsável do setor requisitante, para realizar a fiscalização e o acompanhamento da entrega dos materiais, de forma a garantir o correto material lícito.

Relacionar-se com a empresa contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada (preposto).

XVIII – DAS PENALIDADES:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a empresa vencedora ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

O Fiscal deverá comunicar à Autoridade Superior, quaisquer ocorrências passíveis das sanções administrativas previstas em Edital e que ultrapassem a sua competência.

XIX – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA :

Os recursos necessários à realização do objeto ora lícito correrão à conta exclusiva da FAETEC através de recuso recebido oriundo de Emenda Parlamentar Impossitiva nº 485.

Unidade Orçamentária: 40440 – FAETEC

Programa de Trabalho: 4532

Natureza da Despesa: 3390

Fonte: 1.500.148

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Feitoza Varella de Almeida, Coordenadora**, em 26/11/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6,
informando o código verificador **88117156** e o código CRC **EDC896E3**.

Referência: Processo nº SEI-260005/011013/2024

SEI nº 88117156

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: - faetec.rj.gov.br

MINUTA-PADRÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO

CONTRATO Nº/2024, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA ÁREA DE PROGRAMADOR DE SISTEMAS E DE JOGOS DIGITAIS, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA E

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, com sede na Rua Clarimundo de Melo, 847, Quintino Bocaiúva, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 31.608.763/0001-43, neste ato representada pelo Presidente Sr. Alexandre Valle Cardoso, inscrito no CPF nº 014.860.957-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico redelog.rj.gov.br/redelog/legislacao-licitacoes/, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente *do instrumento convocatório* nº ..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de material e equipamentos para implantar 02 (dois) Laboratórios na área de Programador de Sistemas e Programador de Jogos Digitais objetivando atender a EMENDA PARLAMENTAR Nº 447 cujo objeto é qualificar população do estado em cursos de programação de computadores que acontecerá na Unidade Escolar da rede FAETEC ETE República, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTA L
1						
2						
3						
...						

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da formalização adequada, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e do item 12.2 da cláusula décima segunda deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 48.817, 24 de novembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total máximo do Contrato é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de R\$ (.....), diretamente na conta corrente nº da agência, de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.

6.2 No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à VICEPRESED, situada na Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva, no Estado do Rio de Janeiro.

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao

estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

6.9 O **CONTRATADO** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de nota de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

7.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.1 Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
- b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

7.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

7.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.5 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral do Estado, com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2 Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.8 Manter a regularidade junto ao SICAF.

9.1.8.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede do CONTRATADO, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.10 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.11 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.15 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

9.1.16.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.16.2 No caso de aprendiz, a comprovação do cumprimento do art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho se dará pela apresentação da certidão, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo do item 9.1.16.1.

9.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.20 Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.21 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto na legislação vigente, manter Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.21.1 Caso o **CONTRATADO** ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da legislação vigente.

9.1.22 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O **CONTRATADO** que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;
- b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;
- c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.

11.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no

âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

11.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

11.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

11.7.2 A defesa prévia do **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

11.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

11.11.1 O **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

11.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

11.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

11.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo **CONTRATANTE**, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificadas:

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.23 / 4.4.90.52.06 / 4.4.90.52.43

Fonte de Recursos: 1.500.148

Programa de Trabalho: 12.363.0497.4532

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC
Alexandre Valle Cardoso
Presidente

Contratada



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS DE PROGRAMAÇÃO E OU JOGOS DIGITAIS

Unidades:

REGIÃO	EMENDA PARLAMENTAR N°	VALOR DA EMENDA	MUNICÍPIO	REDE FAETEC
METROPOLITANA	447	815.578,00	RIO DE JANEIRO	ETE REPÚBLICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

1. INTRODUÇÃO

O eixo tecnológico de **Informação e Comunicação**, tem como pressupostos promover uma educação científico-tecnológica e humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, com competências éticas e técnicas e em condições de atuar no mundo do trabalho. Sendo capaz de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua transferência e aplicação na sociedade em geral.

O fenômeno da globalização apresenta um cenário de inúmeras transformações econômicas, sociais e tecnológicas no mundo inteiro. A informatização, hoje, é questão fundamental que perpassa todas as áreas do conhecimento.

Com o advento da internet, de novas tecnologias de comunicação, e da valorização da informação como bem econômico, o mercado profissional na área de informática passa a ser cada vez mais um desafio para a educação.

O crescimento do mercado de informática na área de games é um fenômeno global. O processo emergente por qualificação profissional é notado pelo fato de diversas funções estarem passando por transformações significativas. Portanto, o novo profissional em Programação e/ou Programação de Jogos Digitais deverá ter competência profissional adequada a esses fatos, que apresentam-se como novas oportunidades, também no campo de atividades profissionais.

Assim, surge a necessidade da formação de um curso de qualidade, que prepare o profissional não somente para o mercado de trabalho, mas sim, que este indivíduo seja pensante, criador, crítico, capaz de sobreviver à avalanche do mundo atual, ou seja, que esteja envolvido na formação de verdadeiros cidadãos.

2. JUSTIFICATIVA

O mundo se encontra na era da comunicação e informação digital. Uma grande parcela da população mundial tem contato com a tecnologia desde cedo, adquirindo



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

uma bagagem de conhecimentos tecnológicos que lhes permitem ir sempre mais além. O que faz pensar na progressão que boa parte da população, que não pertencem à essa geração digital, precisa adquirir não só para acompanhar esse desenvolvimento, mas principalmente os avanços que surgem em decorrência dessa geração digital.

Muitas pessoas ainda apresentam uma relação muito distante com esses recursos, seja por medo ou por falta de oportunidades de conhecê-los melhor, o que gera um certo desconforto de sua parte quando se deparam com situações em que a utilização dos mesmos é essencial (bancos, supermercados, caixas eletrônicos, cartões de crédito, etc.).

A tecnologia tem um papel importante em nosso dia-a-dia. Mesmo quem não tem computador em casa ou no trabalho convive com recursos tecnológicos e deles depende direta ou indiretamente.

3. OBJETIVOS GERAIS

Habilitar os estudantes de 02 unidades da rede Faetec a realizarem a função de Programador de Sistemas e ou Programador de Jogos Digitais com competência, disciplina e ética, apto a atuar em um mercado de trabalho globalizado, que seja detentor de um pensamento complexo e capacitado a se adaptar às frequentes transformações sociais e tecnológicas. para serem utilizados nas atuais mídias digitais, promovendo o empreendedorismo e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais que atendam às demandas do setor produtivo e da sociedade. Também se constitui como um dos objetivos do curso o de capacitar os estudantes para aplicação de procedimentos técnicos de qualidade para que possam planejar, implementar, desenvolver e realizar manutenção em software.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

Familiarizar os alunos com o recurso tecnológico, contribuindo para que eles estreitem suas relações com a tecnologia, inserindo-se melhor ao contexto da modernidade;

Capacitar os estudantes para aplicação de procedimentos técnicos de qualidade para que possam planejar, implementar, desenvolver e realizar manutenção em software

Utilizar ferramentas modernas para a programação de jogos digitais.

Produzir áudio e vídeo para animação de jogos digitais.

Trabalhar em equipe com método ágil e prototipação rápida.

Realizar testes e manutenção em jogos eletrônicos.

Desenvolver a autoestima no processo de aquisição do conhecimento;

4. METODOLOGIA

Como prática em nossa rede é realizado o acompanhamento pedagógico e educacional e o monitoramento ao longo do curso com as alunas e os professores /instrutores visando um diagnóstico inicial do perfil de cada turma e ao longo de cada curso uma avaliação pela aluna de como está sendo o seu desenvolvimento e sua percepção em relação ao que está aprendendo e suas expectativas de futuro (metas e objetivos).

5. PERFIL PROFISSIONAL

Este projeto visa formar um profissional que possa: Trabalhar em Equipe; demonstrar Criatividade; apresentar dinamismo; saber contornar situações adversas; Demonstrar objetividade e flexibilidade para mudanças; atualizar-se e buscar a construção contínua do saber; ter visão global do processo de produção. Ter a compreensão e ser capaz de aplicar os fundamentos do desenho; ter domínio da pintura digital; desenvolver desenhos isométricos; Desenvolver assets para jogos;

Página 4 de 14

Coordenação de Programas e Projetos

Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino - Rio de Janeiro - CEP 21311-280
cpp.convenios@gmail.com
www.faetec.rj.gov.br





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

Desenvolver cenários e objetos de cenário; Desenvolver personagens, tanto com aplicação das regras anatômicas, quanto estilizados; Desenvolver um portfólio com foco de atuação bem definido; requer um professor que mesmo colocando seu aluno como o protagonista do processo de aprendizagem, atue como mediador do processo. Para tanto, o docente será um facilitador ao ensinar o aluno habilidades de como estudar, como aprender melhor, como buscar informação, como pesquisar e como desenvolver pensamento crítico, visando sua atuação e inserção no mercado de trabalho.

7. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com o apoio ao presente projeto e a aquisição de equipamento e de material de consumo para implementação dos laboratórios de Programação e Programação em Jogos Digitais, além de melhorar as possibilidades pedagógicas das aulas dos cursos Técnicos e de Qualificação profissional, contribuindo, assim, para melhoria no processo de ensino aprendizagem e a construção de conhecimento nos cursos oferecidos na escola.

Ao final do projeto espera-se também apresentar os produtos desenvolvidos nas aulas dos laboratórios em feiras de ciências, mostras tecnológicas e fóruns de ciência e tecnologia promovidos pelas Unidades Escolares, incentivando assim o desenvolvimento de novos projetos e práticas pedagógicas nas escolas da rede FAETEC.

7 PÚBLICO-ALVO BENEFICIÁRIO

O público-alvo são os alunos do Curso Técnico e/ou de Qualificação Profissional matriculados nos cursos da área de Informática das unidades da Faetec. As atividades



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

que serão desenvolvidas, através de oficinas ou cursos ofertados presencialmente, preferencialmente interdisciplinares

8. SUSTENTABILIDADE

O projeto contará com o apoio da administração da FAETEC para manutenção dos cursos nas unidades escolares após a sua implementação visando a continuação das atividades que serão ofertadas e desenvolvidas nos laboratórios de Programação.

9. RECURSOS TECNOLÓGICOS

- Aquisição de materiais para implementação do curso de Programação e ou Programação em jogos digitais:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	MICROCOMPUTADORES – Padrão CPS PLACA DE VÍDEO 2GB GDDR5 PCI Express X16 128Bit placa gráfica para jogos DVI/VGA/HDMI única ventoinha computador PC placa gráfica de vídeo para jogos MEMÓRIA RAM - Capacidade: 32GB - Áudio: Alta definição com 6 canais, 3 conectores traseiros e 2 frontais - Rede: Gigabit LAN 10/100/1000 - Slots de expansão: PCI-e x16 e PCI-e	Unidade	22

Página 6 de 14

Coordenação de Programas e Projetos
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino - Rio de Janeiro - CEP 21311-280
cpp.convenios@gmail.com
www.faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	x1 - Conexão PS2: - Conexões USB: 6, 4 traseiras e 2 frontais GABINETE - Tipo: Gamer - Conexões: 2x USB e 2x áudio - PSU Cover: Sim - Slots de expansão: Sim FONTE - Tipo: Gamer - Potência: 500W reais - Bivolt: MONITOR - Tamanho da tela: 20" - Tipo da tela: led - Resolução: Alta definição 900P - 1600x900		
2	ESTABILIZADORES DE TANSÃO Protetor Eletrônico Multifuncional Pc Gamer Tv Notebook 500va Mono - Involts (110, Volts)	Unidade	22
3	MESA DIGITALIZADORA de: 10x6 Polegadas com 8192 Níveis de Pressão touch pad com 4 teclas de toque e um bloco de gestos caneta sem bateria	Unidade	22



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	conectividade USB sistema windows 11		
4	SMARTPHONE COM SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 2.2 (SUPERIOR) E TOUCH SCREEN (TELA SENSÍVEL AO TOQUE: Memória RAM: 12 GB Dispositivo desbloqueado para que você escolha a companhia telefônica de sua preferência. Compatível com redes 5G. Tela AMOLED de 6.67". Tem 3 câmeras traseiras de 64Mpx/8Mpx/2Mpx. Câmera frontal de 16Mpx. Processador MediaTek Dimensity 8300 Ultra Octa-Core de 3.35GHz com 12GB de RAM. Bateria de 5500mAh. Memória interna de 512GB. Resistente à água. Com reconhecimento facial.	Unidade	08
5	CONDICIONADOR DE AR - • Ar- Condicionado Split Piso Teto Inverter Plus R-32 Elgin 36.000 BTUs Só Frio 220V Monofásico Características especiais Controlado Remotamente, Compressor inverter	Unidade	02



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	Dimensões do produto 23,5P x 128L x 69A centímetros		
6	DATASHOW (PROJETOR MULTIMIDIA) Conexões de entrada: HDMI. Conexões de saída: Mini jack. Consumo de energia de 360W. Resolução nativa: 1280px x 800px. Suporta resoluções Full HD 1080p. Tecnologia de projeção LCD. Taxa de contraste 1500:1. Conectividade Wi-Fi.		02
7	TV 98 POLEGADAS SMART TV LED 4K UHD SISTEMA OPERACIONAL (TIZEN) ASSISTENTE VIRTUAL (ALEXA, BIXBY) COMANDO DE VOZ CONECTIVIDADE (WI-FI, BLUETOOTH) CONTROLE REMOTO (SOLARCELL)	Unidade	02
8	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA sem braço, forração em material sintético preto Dimensões do item P x L x A : 60P x 60L x 75A centímetros	Unidade	22
9	MESA PARA PROFESSOR ESPECIFICAÇÕES:	Unidade	02



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	LARGURA TOTAL 1,00 METRO, PROFUNDIDADE TOTAL 0,70CM, ALTURA TOTAL 76CM. MEDIDA DO TAMPO SUPERIOR 1,0 X 0,50CM. MEDIDA DO TAMPO INFERIOR 0,90 X 25CM. CONFECÇÃO DO TAMPO: EM MDF 18MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO. BORDA DOS TAMPOS: EM PVC TIPO T COLORIDO. CONFECÇÃO DA ESTRUTURA: EM TUBO QUADRADO 25 X 25 X 1,20MM DE AÇO CARBONO – Cor cinza.		
10	MESA PARA COMPUTADOR - Mesa de Escritório Secretária Pé Metálico sem Gaveta com 1 passa fio - SM 15MM - 74AX115LX60P – Cor Cinza	Unidade	20
11	ARMÁRIO DE AÇO com 8 vãos pequenos 196CM X 63CM X 36CM c/ CHAVES	Unidade	04
12	QUADRO BRANCO - UV Moldura Alumínio Standard 200x120 - TAMPO de chapa de fibra de madeira 3 mm de reflorestamento com acabamento em pintura UV branco brilhante. MOLDURA em alumínio (1,6 cm de espessura e 1,5 cm de frente). ACOMPANHA porta caneta fixo em	Unidade	02



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	polietileno. CANTONEIRA em polietileno.		
SOFTWARES ESPECÍFICOS PARA CURSO IDENTIFICAÇÃO			
1	CELTX (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
2	ADOBE MASTER COLLECTION – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
3	AUDACITY (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
4	UNITY 3D – VERSÃO ATUAL (GRATUITO)	Licenças	22
5	ELCIPSE SDK (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
6	NETBEANS IDE (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
7	AUTODESK 3DS (MAX (GRATUITO /PARCEIRA AUTODESK E CPS) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
8	AUTODESK 3DS (MAYA (GRATUITO /PARCEIRA AUTODESK E CPS) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
9	BLENDER (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
10	MICROSOFT VISUAL STUDIO (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
11	MICROSOFT XNA GAME STUDIO 4.0 - (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
12	UNITY (Unity 3D) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22

Página 11 de 14

Coordenação de Programas e Projetos
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino - Rio de Janeiro - CEP 21311-280
cpp.convenios@gmail.com
www.faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

	(GRATUITO)		
13	MICROSOFT PROJECTCT STANDARD – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
14	MICROSOFT VIDIO STANDARD – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
15	ANDROID STUDIO (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
16	MySQL for Windows (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22
17	CELTX (GRATUITO) – VERSÃO ATUAL	Licenças	22

10. INFORMAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

NOME COMPLETO	
CARGO	
FORMAÇÃO	
ID OU CPF	
NOME COMPLETO	
CARGO	
FORMAÇÃO	
ID OU CPF	
OBSERVAÇÃO: Todo o Relatório <u>deverá</u> ser assinado e datado pelo elaborador/responsável técnico em conjunto com o Gestor do Setor Requisitante.	

10. ENDEREÇO(S) PARA ENTREGA:

Coordenação de Programas e Projetos
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino - Rio de Janeiro - CEP 21311-280
cpp.convenios@gmail.com
www.faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

UNIDADE	ENDEREÇO
01	
02	



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

Coordenação de Programas e Projetos
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino - Rio de Janeiro - CEP 21311-280
cpp.convenios@gmail.com
www.faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

13.02.10.12

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 009/2024**
Processo SEI-260005/011013/2024

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.4 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

1.5 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

1.9 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital <OU> municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123/2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

2.7.2 Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

2.8 Regularidade com a Fazenda Estadual <OU> Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

2.8.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

2.8.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais <OU> municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

2.10.1 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

2.10.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

2.10.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

3.1.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.2.2 Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

3.2.2.1 Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

3.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

3.3.1 Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

3.3.2 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA


4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, que indiquem nome, função, endereço, e o telefax de contato do(s) atestador (es), ou qualquer outro meio para eventual contato pelo CONTRATANTE.

Orçamento Estimado

Processo SEI-260005/011013/2024 - referência novembro 2024

Item	ID SIGA	Descrição	Unidade	Preço de Referência	Quantidade	Orçamento Estimado
1	130723	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA - sem braço, forração em material sintético preto. Dimensões do item P x L x A : 60P x 60L x 75A centímetros	Unidade	315,19	22	6.934,07
2	189749	MESA PARA PROFESSOR ESPECIFICAÇÕES: LARGURA TOTAL 1,00 METRO, PROFUNDIDADE TOTAL 0,70CM, ALTURA TOTAL 76CM. MEDIDA DO TAMPO SUPERIOR 1,0 X 0,50CM. MEDIDA DO TAMPO INFERIOR 0,90 X 25CM. CONFECÇÃO DO TAMPO: EM MDF 18MM, REVESTIDO EM LAMINADO MELAMÍNICO. BORDA DOS TAMPOS: EM PVC TIPO T COLORIDO. CONFECÇÃO DA ESTRUTURA: EM TUBO QUADRADO 25 X 25 X 1,20MM DE AÇO CARBONO – Cor cinza.	Unidade	541,68	2	1.083,37
3	189750	MESA PARA COMPUTADOR - Mesa de Escritório Secretária Pé Metálico sem Gaveta com 1 passafio - SM 15MM - 74AX115LX60P – Cor Cinza	Unidade	490,88	20	9.817,57
4	189755	ARMÁRIO DE AÇO com 8 vãos pequenos 196CM X 63CM X 36CM c/CHAVES	Unidade	964,05	4	3.856,18
5	94772	QUADRO BRANCO - UV Moldura Alumínio Standard 200x120 - TAMPO de chapa de fibra de madeira 3 mm de reflorestamento com acabamento em pintura UV branco brilhante. MOLDURA em alumínio (1,6 cm de espessura e 1,5 cm de frente). ACOMPANHA porta caneta fixo em polietileno. CANTONEIRA em polietileno.	Unidade	268,74	2	537,48
6	177543	CONDICIONADOR DE AR - • Ar Condicionado Split Piso Teto Inverter Plus R-32 Elgin 36.000 BTUs Só Frio 220V Monofásico Características especiais Controlado Remotamente, Compressor inverter Dimensões do produto 23,5P x 128L x 69A centímetros	Unidade	8.026,03	2	16.052,05
7	188963	TV 98 POLEGADAS SMART TV LED 4K UHD SISTEMA OPERACIONAL (TIZEN) ASSISTENTE VIRTUAL (ALEXA, BIXBY) COMANDO DE VOZ CONECTIVIDADE (WI-FI, BLUETOOTH) CONTROLE REMOTO (SOLARCELL)	Unidade	19.386,03	2	38.772,07
						77.052,78

<div></div> <div>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</div> <div>ANEXO VI</div> <div>PROPOSTA DETALHE</div>			Licitação por Pregão Eletrônico 009/2024			
A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no <u>Edital PE nº 009/2024</u>						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Máxima	Valor Unitário	TOTAL
1	130723	Cadeira secretária giratória - sem braço, forração em material sintético preto	Unidade	22		
2	189749	Mesa para professor	Unidade	2		
3	189750	Mesa para computador	Unidade	20		
4	189755	Armário de aço com 8 vãos pequenos	Unidade	4		
5	94772	Quadro branco - UV	Unidade	2		
6	177543	Ar Condicionado Split Piso Teto Inverter Plus R-32 Elgin 36.000 BTUs	Unidade	2		
7	188963	Tv 98 polegadas Smart Tv Led 4k UHD	Unidade	2		
			TOTAL:			
OBSERVAÇÕES:			Prazo de Entrega: 12 meses			
A PROPOSTA DETALHE deverá:			Validade da Proposta Detalhe (preços válidos), por 60 (sessenta) dias.			
1ª	Ser datilografada, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.		Local de Entrega: CONFORME PLANO DE DISTRIBUIÇÃO			
2ª	O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.		Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente			
3ª	As duas primeiras vias da PROPOSTA DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data de encerramento.		Em: ____/____/ 2024			
4ª	A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.					
DADOS BANCÁRIOS:						
Banco:	Nº					
Agência:	C/C:					



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - DECRETO nº 43.150, de 08/11 E DECRETO nº 43.687 de 07/12

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 009/2024**
Processo SEI-260005/011013/2024

(**Identificação completa do Representante Legal da Licitante**), como representante devidamente constituído de (**Identificação completa da Licitante**), doravante denominado (**Licitante**), para fins do disposto no **item 16.3 do Edital PE 009/2024**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar do **Edital PE 009/2024** foi elaborada de maneira independente (**pelo Licitante**), e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 009/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Edital PE 009/2024** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 009/2024**, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 009/2024** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 009/2024** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Edital PE 009/2024** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Edital PE 009/2024** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FAETEC antes da abertura oficial das propostas;

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ

FAETEC



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

- f) Que as informações prestadas são verdadeiras, e assumo o compromisso de apresentar, quando solicitado, quaisquer documentos comprobatórios necessários cuja finalidade esteja inserida no contexto do objeto da referida licitação; e
- g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2024.

Assinatura

Licitante

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

13.02.10.11

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL Nº 7.258/2016

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 009/2024**
Processo SEI-260005/011013/2024

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no **Lei Estadual nº 7.258/16**, que dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de ____%, na medida em que atualmente conta com ____ (_____) empregados.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

Assinatura
LICITANTE

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

13.02.10.11

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO IX

DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL Nº 7.258/2016

(Caso possua **menos de cem empregados**, a declaração deverá ser apresentada na seguinte forma)

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 009/2024**
Processo SEI-260005/011013/2024

(Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no **Lei Estadual nº 7.258/16**, que dispõe, em seus quadros **menos de 100 empregados**, de modo que não se submete ao regime neste estabelecido.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

Assinatura
LICITANTE

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio a Escola Técnica

13.02.10.14

LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO X

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007

Ao
Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 009/2024**
Processo SEI-260005/011013/2024

(Entidade) , inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é **microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa** enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

Assinatura
LICITANTE

Observações:

- ✓ **Emitir em papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ;**
- ✓ No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- ✓ Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.
- ✓ **Favor escolher na declaração a qualificação da empresa.**

Assessoria Especial – Setor de Licitações
Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – CEP 21.311-280 – Rio de Janeiro/RJ

FAETEC



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS AQUISIÇÃO								
ETAPA	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO	AVALIAÇÃO DO RISCO				TRATAMENTO DO RISCO		RESPONSÁVEIS
		DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO	ACEITAÇÃO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR	Ausência de Estudo Técnico preliminar	Não atendimento as normas legais	Baixa	Alto	Intermediária	Elaborar Estudo Técnico Preliminar	Não aprovação do Termo de Referência	Equipe de Planejamento e Gestão
	Estudo Técnico Preliminar deficitário	Não atendimento às necessidades reais do objeto	Média	Alto	Intermediária	Correção do Estudo Técnico Preliminar	Não aprovação do Termo de Referência	Equipe de Planejamento e Gestão
	Ausência de Mapa de Risco em todas as fases da contratação	Não atendimento às necessidades reais do objeto	Média	Alto	Inaceitável	Elaboração do mapa de riscos por etapa de processo	Não aprovação para a contratação	Comissão de Licitação
	Ausência de Termo de Referência	Não atendimento as normas legais	Baixa	Alto	Inaceitável	Elaboração do termo de referência	Não aprovação para a contratação	Comissão de Licitação
	Termo de Referência deficitário	Não atendimento às necessidades reais do objeto	Média	Alto	Inaceitável	Elaboração de check list para identificação dos itens deficitários	Correção e inclusão dos itens detectados, no Termo de Referência	Equipe de Planejamento e Gestão
	Autorização do Termo de Referência	Atraso na contratação do objeto	Baixa	Baixa	Intermediária	Adoção de check list com o item da aprovação do TR pela autoridade competente	Encaminhar à autoridade competente para autorização	Autoridade máxima da Instituição - Presidente
	Designação de Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro	Não atendimento as normas legais	Baixa	Baixa	Média	Identificar ou inserir no processo Ato formal de designação	Providenciar Ato de Designação	Autoridade máxima da Instituição - Presidente
	Restrição da Competitividade, Impugnação do edital	Atraso ou anulação da licitação. Custos para administração pública	Média	Alto	Inaceitável	Sbmissão do processo ao jurídico para verificação de cláusulas nulas e/ou restritivas	Readequação do Edital	Comissão de Licitação / pregoeiro
	Ausência de publicação do Edital	Anulação dos atos praticados	Baixa	Média	Inaceitável	Adoção de check list com item de publicação/divulgação do edital.	Providenciar a publicação e divulgação do edital	Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Licitação não realizada em tempo hábil	Interrupção dos atos para contratação	Baixa	Média	Intermediária	Execução com celeridade das ações da contratação	Revisão e realização da licitação	Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Impugnação do edital	Atraso e comprometimento no processo licitatório	Baixa	Média	Intermediária	Analisar e avaliar minuciosamente os itens exigidos no Edital	Adotar as providências necessárias ao saneamento das ocorrências detectadas	Equipe de Planejamento e Gestão, Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Licitação deserta ou fracassada	Atraso no processo licitatório	Média	Alto	Intermediária	Analisar todos os itens do processo, ETP, TR, Editale rever todos em desacordo com o objeto e normas legais	Adotar as providências necessárias ao saneamento das ocorrências detectadas	Equipe de Planejamento e Gestão, Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Preços em desacordo com os valores de mercado	Possibilidade de fracasso da licitação, contratação com sobrepreço ou preços abaixo aos de mercado	Baixa	Média	Intermediária	Rever a pesquisa de mercado	Negociar sobrepreço e/ou preços baixos com as empresas interessadas, e utilizando os valores de mercado efetivados na pesquisa de preço.	Equipe de Planejamento e Gestão, Comissão de Licitação/ pregoeiro

MAPA DE RISCOS		AQUISIÇÃO						
GESTÃO DO CONTRATO	Risco da contratada estar com dificuldades financeiras para honrar o contrato	Risco do contrato não ser atendido	Baixa	Alto	Intermediária	Exigir habilitação e qualificação econômico-financeira do licitante compatível com o contrato	Caso seja necessário, efetuar rescisão contratual e eleger o próximo licitante dentro da ordem de classificação da licitação	Equipe de Planejamento e Gestão, Comissão de Licitação/ pregoeiro e gestor do contrato.
	Formalização do contrato	Não assinatura do contrato pelo licitante implicando em atraso na contratação dos serviços	Baixa	Alto	Intermediária	Verificação na fase de habilitação do certame se o fornecedor reúne todos os requisitos exigidos no edital	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do próximo classificado se houver.	Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Falta de publicação do contrato	Não atendimento as normas legais	Baixa	Baixa	Intermediária	Adoção de check list contendo o item de publicação do contrato.	Providencia publicação do contrato	Comissão de Licitação/ pregoeiro
	Designação de Comissão de de fiscalização do contrato sem capacidade técnica para isso.	Comprometimento dos resultados esperados em atendimento ao objeto do contrato e falhas na fiscalização.	Média	Alto	Inaceitável	Indicação de servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação de gestores e fiscais de contrato	Substituir fiscal (ais) não capacitado(s)	Equipe de Planejamento e Gestão, Comissão de Licitação/ pregoeiro e gestor do contrato.
	Execução do objeto em desacordo com o contrato	Prejuízo ao erário, responsabilização da Administração	Média	Alto	Inaceitável	Notificar e solicitar a resolução imediata do cumprimento contratual	Aplicar as sanções previstas no contrato	Comissão de gestão e Fiscalização do contrato
	Elementos básicos do contrato não estão claros para as partes envolvidas no contrato	Diferenças de entendimento e expectativas em relação ao objeto, podendo constituir em atrasos	Baixa	Alto	Intermediária	Revisão dos elementos básicos para melhor entendimento pelas partes	Divulgação das possíveis alterações após a revisão com a ciência de todas as partes envolvidas	Comissão de Licitação / pregoeiro
	Alterações no contrato	Desequilíbrio no contrato, percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha, podendo causar prejuízo ao erário.	Baixa	Alto	Intermediária	Atentar para os requisitos legais de alteração contratual quanto a acréscimos e supressões de quantidades e valores	Realizar os ajustes necessários e adotar medidas de ressarcimento quando for o caso.	Comissão de Licitação/ pregoeiro e gestor do contrato.
	Repactuações / Reajustes do contrato	Possibilidade de prejuízo ao erário	Média	Alto	Intermediária	Indicar no contrato cláusulas de reajuste, com critérios distintos para materiais (índices). Aplicar análise das planilhas e realizar pesquisa de mercado em que permaneça a vantajosidade do contrato	Ajustar preços conforme o contrato, reverter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos.	Comissão de Licitação e gestor do contrato.
	Não apresentação de garantias ou garantias que não cobrem inadimplências.	Possibilidade de prejuízo ao erário	Média	Alto	Intermediária	Exigir garantias que atendam as obrigações do licitante para execução do contrato	Retenção de valores correspondentes a garantia até a efetivação do contrato	Comissão de gestão e fiscalização do contrato
	Prorrogação de contrato	Possibilidade de prorrogação não vantajosa, podendo causar prejuízo ao erário	Baixa	Alto	Intermediária	Realização de pesquisa de preços com antecedência, afim de constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato	Negociar junto a contratada caso haja desvantagem na prorrogação e se for o caso abrir novo processo licitatório.	Comissão de Licitação/ pregoeiro e gestor do contrato.
	Não observação da inadequação processual ou falta de garantias do contraditório e ampla defesa	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos	Baixa	Alto	Intermediária	Estabelecer ritos processuais administrativos e disciplinaer	Oferecer garantias constitucionais à empresa acusada	Comissão de Licitação/ pregoeiro e gestor do contrato.

MAPA DE RISCOS AQUISIÇÃO								
	Não observação se todos os requisitos do contrato foram atendidos plenamente quando do seu encerramento	Possibilidade de prejuízo ao erário	Baixa	Média	Intermediária	Verificar todas as pendências a serem cumpridas e possíveis ressarcimentos	Notificar a contratada para regularizar as pendências contratuais e reter pagamento até o cumprimento das mesmas ou reter parte do que não for cumprido.	Comissão de gestão e fiscalização do contrato



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Feitoza Varella de Almeida, Coordenadora**, em 07/10/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **84873470** e o código CRC **1A15BB4C**.